

iscte SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

VII COLÓQUIO DOUTORAL

17 - 21 MAIO 2021

ONLINE VIA ZOOM
[HTTP://BIT.LY/VIICOLOQUIO](http://bit.ly/viicolouquio)

**PROGRAMA +
LIVRO DE RESUMOS**

CIÊNCIA POLÍTICA

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ESTUDOS AFRICANOS

HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

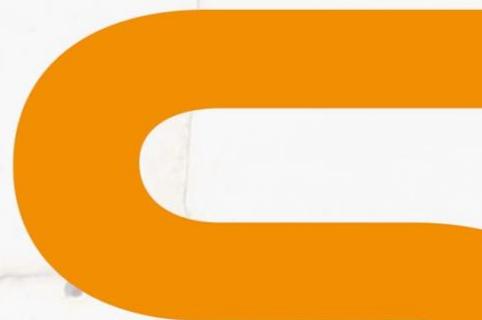
POLÍTICAS PÚBLICAS

SERVIÇO SOCIAL

SOCIOLOGIA

cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

cei _iscte
Centro de Estudos
Internacionais



VII COLÓQUIO DOUTORAL

17 MAIO

14:15 ABERTURA

Helena Carvalho
Diretora ESPP

Teresa Patrício
Diretora CIES-Iscte

Bruno Cardoso Reis
Subdiretor CEI-Iscte

SERVIÇO SOCIAL

14:30 PAINEL 1

Moderação: **Pablo Álvarez**

Ana Ruxa "Construções metodológicas: Da pergunta de partida às técnicas de tratamento de dados na produção de conhecimento sobre indicadores da qualidade nas CPCJ."

Cátia Sofia Santos "Inclusão Social através do Desporto."

Lorena Silva Anile "A Informalidade em contextos urbanos: desafios para o crescimento e permanência local."

Andréa Cardial "As implicações da Pandemia COVID-19 no bem-estar dos profissionais de saúde do SNS."

16:30 PAINEL 2

Moderação: **Jorge Ferreira**

Rita Barata "O desenvolvimento de serviços comunitários para as pessoas com deficiência intelectual: análise sobre o contexto nacional e as suas articulações com as tendências europeias."

Sara Armada Teiga "O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social."

Inês Pereira "Dimensões Éticas do Serviço Social: fundamentos de um código deontológico para a profissão."

Raffaella Canini "Considerações sobre famílias e proteção social: um debate necessário para o Serviço Social."

SOCIOLOGIA

18:30 PAINEL 1

Moderação: **Renato Miguel do Carmo**

Inês Tavares "Organização das escolas, desigualdades escolares e reprodução social: alguns contributos para o debate."

Maria João Taborda "Valores e cinema. Análise da avaliação de projetos de documentário em concursos de financiamento público (2007-2016)."

Fernando Pinto "Avenidas Novas: quotidianos e representações."

Cláudia Vajão da Cruz Dias "A Falácia na Criação de Emprego em Portugal."

18 MAIO

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

14:30 PAINEL 1

Moderação: **Maria Inácia Rezola**

Jaime Lourenço "A cobertura jornalística do cinema: géneros e discursos jornalísticos nos media portugueses em 2019."

Comentário: **Maria Inácia Rezola**

Pedro Caldeira Pais "Os serviços da morte na internet: análise do discurso a websites da Servilusa."

Comentário: **Cláudia Álvares**

Roberta Azevedo "Telejornais em Portugal e no Brasil: aproximações e aberturas para o cidadão-fonte."

Comentário: **Cláudia Álvares**

Manuel Valença "A identidade profissional e os perfis-tipo dos profissionais de comunicação de ciência em Portugal."

Comentário: **Jorge Vieira**

Rita Alexandre Ferreira "Medir o retorno com os media em RP: exploração de artigos científicos e percepções de informantes especializados."

Comentário: **Maria Inácia Rezola**

CIÊNCIA POLÍTICA

16:30 PAINEL 1

Moderação: **André Freire** e **Luís Nuno Rodrigues**

Rodrigues

Ana Rezende-Matias "E quando os portugueses votam: entre a indiferença e a satisfação, quem são?"

Viriato Queiroga "Social Tolerance in the World: A Comparative Perspective on 32 European countries."

Jaime Guiliche "Compreendendo as Dinâmicas da Nacionalização Partidária e Sistemas Partidários na África Subsaariana (Da Análise Comparativa Ampla ao Estudo de caso de Moçambique)."

David Silva Ferreira "The securitization of Russia as an object of U.S. nuclear deterrence"

Zeferino André Pintinho "A Política externa de Angola no processo de reforma das forças de defesa e segurança da Guiné-Bissau (2007-2020)."

19 MAIO

SOCIOLOGIA

14:30 PAINEL 2

Moderação: **Patrícia Ávila**

Adriana Albuquerque "Diversidade sociocultural e seletividade social das oportunidades educativas: segregação étnico-nacional na rede escolar da Área Metropolitana de Lisboa."

Ana Rita Capucha "Processos de mudança em contexto escolar e práticas de autonomia-ação. O contributo dos programas de promoção do sucesso escolar."

Sónia Correia "A terça parte visível: enigma empírico."

Gisele Silva "Relações entre o género e a deficiência no imaginário infantil."

16:30 PAINEL 3

Moderação: **José Luís Casanova**

Osvaldo Singui "Trajectórias de vida dos jovens migrantes em Luanda: o caso dos roboteiros."

Liliana Azevedo "Remigração e mobilidade transnacional no fim da vida profissional: O exemplo de portugueses/as na Suíça."

César de Cima "A (in)eficácia da política de "tolerância zero" da UEFA na prevenção e combate do match-fixing: o caso do futebol português."

Luiz Claudio Tavares "Desafios Institucionais das Políticas Judiciárias no Brasil."

18:30 PAINEL 4

Moderação: **Maria das Dores Guerreiro**

Luana do Rocio Taborda "Momentos críticos: a atuação das associações religiosas em Portugal e no Brasil nos períodos pós-redemocratização até a pandemia do COVID-19 - entre rupturas e continuidades."

Sérgio Pratas "Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures."

Vasco Santos "A participação em ONGs ambientais: contributos para uma análise sociológica à escala individual do ativista ambiental."

Vitor Escalda "Desigualdades sociais e Desigualdades em saúde da população idosa do concelho de Almada."

20 MAIO

POLÍTICAS PÚBLICAS

14:15 PAINEL 1

Moderação: **Pedro Adão e Silva**

Otávio Moreira Junior "Governança global de terras: análise da experiência brasileira."

Francisco Armando Té "Instabilidade política na Guiné-Bissau e a Política Educativa de Acesso a Escolaridade Obrigatória, 1980-2015."

Cristina Arrábida "Difusão das Políticas Públicas Nacionais para a Qualidade e Segurança em Saúde nos Hospitais."

16:00 PAINEL 2

Moderação: **Helge Jørgens**

Waldyr Barroso "Energias Renováveis em Portugal e a crise económica global do início do Século XXI."

Yuri Katayama Santos "PMEs: análise de políticas públicas comparadas."

Bruno Miguel Oliveira "O caso do Rendimento mínimo incondicional em Utrecht e Barcelona."

21 MAIO

ESTUDOS AFRICANOS

14:30 PAINEL 1

Moderação: **Ulrich Schiefer**

Celso Gusse "Moçambique e a memória da guerra civil: o contributo dos partidos políticos parlamentares no processo de reconciliação nacional (1994 – 2020)."

Cláudia Leal "As Mulheres Moçambicanas Combatentes no Passado e no Presente: Silêncios e Memórias."

Caterina Viegas "Ambiguidade do poder da mulher e conflitos de sucessão no pepel da Guiné-Bissau."

Isleia Streit "Os manuais escolares de História de Moçambique: entre fatos e narrativas."

HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

16:30 PAINEL 1

Moderação: **Maria João Vaz**

Rita Oliveira "A Proteção à Infância em Lisboa: Associação Protectora das Florinhas da Rua (1925-1958)."

Diogo Paiva "Percurso no degredo. Transporte penal e demografia no século XIX."

Vitor Herdeiro "O envolvimento português nas iniciativas de radiodifusão internacional patrocinadas pelos EUA durante a Guerra-Fria: RARET 1951-1996."

Índice

APRESENTAÇÃO	7
CENTROS DE INVESTIGAÇÃO DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS ... 8	
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA (CIES-ISCTE)	8
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS (CEI-ISCTE).....	9
DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA.....	10
PAINEL	
<i>E quando os portugueses votam: entre a indiferença e a satisfação, quem são?</i> Ana Rezende-Matias.....	11
<i>Social Tolerance in the World: A Comparative Perspective on 32 European countries</i> Viriato Queiroga	12
<i>Compreendendo as dinâmicas da nacionalização partidária e sistemas partidários na África Subsaariana (Da análise comparativa ampla ao estudo de caso de Moçambique)</i> Jaime Guiliche.....	13
<i>The securitization of Russia as an object of U.S. nuclear deterrence</i> David Silva Ferreira.....	14
<i>A Política externa de Angola no processo de reforma das forças de defesa e segurança da Guiné-Bissau (2007-2020)</i> Zeferino Cariço André Pintinho	15
DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	16
PAINEL 1	
<i>A cobertura jornalística do cinema: géneros e discursos jornalísticos nos media portugueses em 2019</i> Jaime Lourenço.....	17
<i>Os serviços da morte na internet: análise do discurso a websites da Servilusa</i> Pedro Caldeira Pais	18
<i>Telejornais em Portugal e no Brasil: aproximações e aberturas para o cidadão-fonte</i> Roberta Azevedo.....	19
<i>A identidade profissional e os perfis-tipo dos profissionais de comunicação de ciência em Portugal</i> Manuel Leite Valença.....	20
<i>Medir o retorno com os media em RP: exploração de artigos científicos e percepções de informantes especializados</i> Rita Alexandra Nunes Ferreira	21
DOUTORAMENTO EM ESTUDOS AFRICANOS	22
PAINEL 1	
<i>Moçambique e a memória da guerra civil: o contributo dos partidos políticos parlamentares no processo de reconciliação nacional (1994 – 2020) - Um olhar sobre a Assembleia da República</i> Celso António Molde Gusse.....	23
<i>As mulheres moçambicanas combatentes no passado e no presente: silêncios e memórias</i> Cláudia Daniela Constance Leal.....	24
<i>Ambiguidade do poder da mulher e conflitos de sucessão nos pepel da Guiné-Bissau</i> Caterina Eleonarda Gomes Viegas	25
<i>Os manuais escolares de História de Moçambique: entre fatos e narrativas</i> Isléia Rossler Streit	26

DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA27

PAINEL 1

<i>A Proteção à Infância em Lisboa: Associação Protectora das Florinhas da Rua (1925-1958)</i>	
Rita Oliveira	28
<i>Percursos no degredo. Transporte penal e demografia no século XIX</i>	
Diogo Paiva	29
<i>O envolvimento português nas iniciativas de radiodifusão internacional patrocinadas pelos EUA durante a Guerra-Fria: RARET 1951-1996.</i>	
Vitor Manuel Malta Madail Herdeiro	30

DOUTORAMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....31

PAINEL 1

<i>Governança global de terras: análise da experiência brasileira</i>	
Otávio Moreira do Carmo Júnior	32
<i>Instabilidade política na Guiné-Bissau e a política educativa de acesso a escolaridade obrigatória, 1980-2015</i>	
Francisco Armando Bilima Té	33
<i>Difusão das políticas públicas nacionais para a qualidade e segurança em saúde nos hospitais</i>	
Cristina Martins d'Arrábida	34

PAINEL 2

<i>Energias renováveis em Portugal e a crise económica global do início do Século XXI</i>	
Waldyr Martins Barroso.....	36
<i>PMEs: análise de políticas públicas comparadas</i>	
Yuri Katayama Santos	37
<i>O caso do rendimento mínimo incondicional em Utrecht e Barcelona</i>	
Bruno Miguel Oliveira.....	38

DOUTORAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL.....40

PAINEL 1

<i>Construções metodológicas: da pergunta de partida às técnicas de tratamento de dados na produção de conhecimento sobre indicadores da qualidade nas CPCJ</i>	
Ana Ruxa.....	41
<i>Inclusão social através do Desporto</i>	
Cátia Sofia dos Santos Afonso	42
<i>A Informalidade em contextos urbanos: desafios para o crescimento e permanência local</i>	
Lorena Helena dos Santos Silva Anile.....	43
<i>As implicações da Pandemia COVID-19 no bem-estar dos profissionais de saúde do SNS</i>	
Andréa Mattos Dantas do Nascimento Cardial.....	44

PAINEL 2

<i>Direitos humanos e qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual: uma abordagem a partir de contextos habitacionais</i>	
Rita Barata	46
<i>O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social</i>	
Sara Armanda Mora Teiga	47
<i>Dimensões éticas do Serviço Social: fundamentos de um código deontológico para a profissão</i>	
Inês Pereira	48
<i>Considerações sobre famílias e proteção social: um debate necessário para o Serviço Social</i>	
Raffaella Canini	49

DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA 50

PAINEL 1

<i>Organização das escolas, desigualdades escolares e reprodução social: alguns contributos para o debate</i>	
Inês Tavares	51
<i>Valores e cinema. Análise da avaliação de projetos de documentário em concursos de financiamento público (2007-2016)</i>	
Maria João Taborda	52
<i>Avenidas Novas: quotidianos e representações</i>	
Fernando Pinto	53
<i>A falácia na criação de emprego em Portugal</i>	
Cláudia Vajão da Cruz Dias	54

PAINEL 2

<i>Diversidade sociocultural e seletividade social das oportunidades educativas: segregação étnico-nacional na rede escolar da Área Metropolitana de Lisboa</i>	
Adriana Albuquerque	56
<i>Processos de mudança em contexto escolar e práticas de autonomia-ação. O contributo dos programas de promoção do sucesso escolar</i>	
Ana Rita Capucha	57
<i>A terça parte visível: enigma empírico</i>	
Sónia Bernardo Correia	58
<i>Relações entre o género e a deficiência no imaginário infantil</i>	
Gisele Correia da Silva	59

PAINEL 3

<i>Trajectórias de vida dos jovens migrantes em Luanda: o caso dos roboteiros</i>	
Oswaldo Singui	61
<i>Remigração e mobilidade transnacional no fim da vida profissional: o exemplo de portugueses/as na Suíça</i>	
Liliana Azevedo	62
<i>A (in)eficácia da política de “tolerância zero” da UEFA na prevenção e combate do match-fixing: o caso do futebol português</i>	
César de Cima	63
<i>Desafios institucionais das políticas judiciais no Brasil</i>	
Luiz Claudio Assis Tavares	64

PAINEL 4

<i>Momentos críticos: a atuação das associações religiosas em Portugal e no Brasil nos períodos pós-redemocratização até a pandemia do COVID-19 - entre rupturas e continuidades</i>	
Luana do Rocio Taborda.....	66
<i>Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures</i>	
Sérgio Pratas.....	67
<i>A participação em ONGs ambientais: contributos para uma análise sociológica à escala individual do ativista ambiental</i>	
Vasco Santos	68
<i>Desigualdades sociais e desigualdades em saúde da população idosa do concelho de Almada</i>	
Vítor Escalda	69

APRESENTAÇÃO

O Colóquio Doutoral da Escola de Sociologia e Políticas Públicas (ESPP) é uma iniciativa que se realiza desde 2013, em que são publicamente apresentadas e discutidas pesquisas em curso no âmbito dos programas doutorais coordenados pelos dois centros de investigação da Escola, o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) e o Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte).

Após um ano de interrupção devido à pandemia, o colóquio é este ano retomado, em formato online. Participam no colóquio cerca de cinco dezenas de doutorandos, bem como investigadores e docentes dos doutoramentos em Ciência Política, Ciências da Comunicação, Estudos Africanos, História Moderna e Contemporânea, Políticas Públicas, Serviço Social e Sociologia.

O colóquio tem como objetivo dar a conhecer à comunidade académica a investigação em curso nestes programas, bem como promover o debate público alargado sobre problemas, métodos e resultados. Pretende-se, assim, contribuir para a disseminação do trabalho desenvolvido nos programas doutorais e também promover um maior envolvimento dos doutorandos na comunidade académica, apoiando-os no desenvolvimento das suas teses.

Fazemos votos para que este colóquio cumpra os seus objetivos e constitua para todos os participantes um momento estimulante e enriquecedor.

Helena Carvalho
Diretora da ESPP

Maria Teresa Patrício
Diretora do CIES-Iscte

Luís Nuno Rodrigues
Diretor do CEI-Iscte

CENTROS DE INVESTIGAÇÃO DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Constituído em 1985, o [Centro de Investigação e Estudos de Sociologia](#) (CIES-Iscte) do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa é uma unidade de I&D na área das ciências sociais, acreditada pela FCT e vocacionada para estudar os problemas sociais contemporâneos a partir de perspetivas multidisciplinares. O CIES-Iscte tem como principal domínio científico a sociologia e desenvolve atividade relevante nos domínios das políticas públicas, da ciência política, das ciências da comunicação, da história moderna e contemporânea e do serviço social.

A atividade do CIES-Iscte caracteriza-se por uma exigente articulação entre a investigação fundamental e a investigação orientada para a conceção, acompanhamento e avaliação de políticas públicas nos mais variados setores e áreas de intervenção. O CIES-Iscte organiza-se em Grupos de Investigação no quadro dos quais se desenvolvem projetos de investigação financiados através de concursos públicos com avaliação científica, assim como projetos de investigação aplicada e atividades de transferência de conhecimento, a partir das bases de competências científicas consolidadas. O centro está envolvido em numerosos projetos promovidos por agências ou fundações, nacionais e europeias, programas de investigação e redes de cooperação científica internacionais.

O CIES-Iscte assegura a coordenação científica e administrativa dos doutoramentos em Ciência Política, Ciências da Comunicação, História Moderna e Contemporânea, Políticas de Administração e Gestão Escolar, Políticas Públicas, Serviço Social e Sociologia, estando ainda associado a outros quatro programas doutorais.

O CIES-Iscte contribui ativamente para a formação avançada de recursos humanos em I&D, proporcionando a participação de estudantes de pós-graduação em projetos de investigação fundamental e aplicada, acolhendo regularmente um número elevado de bolsiros de doutoramento e pós-doutoramento.

No campo da divulgação científica o centro possui uma atividade editorial consolidada, publicando a revista [Sociologia, Problemas e Práticas](#) e diversas coleções de livros através da editora [Mundos Sociais](#).

Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

O [Centro de Estudos Internacionais \(CEI-Iscte\)](#) do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa tem como missão principal promover a investigação, o pensamento e a intervenção sobre um conjunto de fenómenos sociais, políticos e económicos complexos que ultrapassam as barreiras nacionais e internacionais. O CEI-Iscte está comprometido na produção de investigação de excelência abordando os maiores desenvolvimentos internacionais, e desafios sociais, do século XXI, assim como as consequências da globalização.

O CEI-Iscte aderiu a algumas das redes de investigação internacionais em Estudos Internacionais, e articula muitas das suas atividades não só com os programas de mestrado e doutoramento do Iscte, como também com a sociedade civil e instituições públicas, promovendo assim a disseminação da investigação ao público em geral e o envolvimento do mesmo em debates de temas prementes da nossa sociedade.

O CEI-Iscte organiza-se numa base matricial, constituída por quatro linhas regionais – África, Ásia & MONA, América Latina & Caribe, e Europa & Relações Transatlânticas – interligadas por três grupos de investigação: Instituições, Governação e Relações Internacionais; Desafios Sociais e do Desenvolvimento; e Economia e Globalização.

Integrando um conjunto diversificado de investigadores, o CEI-Iscte encontra-se ligado de forma estreita a diversos programas de ensino da ESPP, como os Doutoramentos em Estudos Africanos, História, Estudos de Segurança e Defesa e o recém criado Doutoramento em Estudos Internacionais.

Doutoramento em Ciência Política

Painel 1

E quando os portugueses votam: entre a indiferença e a satisfação, quem são?

Ana Rezende-Matias

Orientação: Ana Espírito-Santo (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Ciência Política

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Num período em que se assiste a um crescente afastamento dos cidadãos em relação à política, muitos são os estudos que pretendem identificar as razões pelas quais as pessoas se abstêm. Esta pesquisa tem como foco aqueles que votam e visa acrescentar à literatura sobre a participação eleitoral uma perspetiva muito pouco explorada: avaliar o grau de satisfação resultante do ato de votar, identificando os fatores que contribuem para diferentes apreciações.

Esta análise permitir-nos-á caracterizar a relação que os votantes têm com as eleições, o que contribuirá para percebermos melhor porque é que uns votam e outros não. Nesse sentido, Portugal constitui um excelente caso para estudar este tema, não só porque apresenta uma elevada abstenção, mas também porque conjuga regras eleitorais que podem ter efeitos contraditórios sobre os eleitores. Por um lado, as facilidades de voto existentes passam a ideia de que cada voto importa, o que pode promover maiores níveis de satisfação. Por outro lado, a liberdade que os cidadãos têm de escolher entre votar ou não pode retirar importância ao voto – contribuindo para sentimentos de maior indiferença, mesmo entre quem tem por hábito fazê-lo.

O artigo é feito com base em dados originais resultantes de uma sondagem aplicada em 2019 em Portugal, pós-eleições legislativas, a uma amostra representativa da população (N>1200), num ano particularmente forte em termos eleitorais. Este estudo pressupõe uma abordagem quantitativa e entre as variáveis explicativas que compõem o modelo analítico encontram-se as sociodemográficas, o interesse pela política e a regularidade com que vota.

Social Tolerance in the World: A Comparative Perspective on 32 European countries

Viriato Queiroga

Orientação: Ana Maria Belchior (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Ciência Política

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Tolerance, as both a necessary and a paradigmatic phenomenon of democracy, is seen as an important observation of both political decisions and the evolution of citizenship values, as tolerance is an important value for political decision-making, acceptance of social and ideological differences (not only of the political elite but particularly of the citizens). The recent rise of the Far-Right constitutes a challenge to democracies, around the world. As such, this thesis seeks to understand how values of tolerance are changed by its rise.

This thesis builds on the works of Inglehart (1977 and 1990) to explain how these values of tolerance are explained, and then, using comparative methodologies, we explain how situational and institutional factors may explain why tolerance changes (Viegas, 2007 and 2010), how the Far-Right may be influencing it and, finally, how is Portugal an exception to the rule.

Thus, using WVS and EVS data, it is proposed to analyse tolerance between 1981 and 2019 (at six points in time), comparatively, in the observation of social tolerance and in relation to the different generations to understand the evolution of Tolerance in Europe, trying to understand the impact of the economy (crises) and the rise of Far-Right movements.

Compreendendo as dinâmicas da nacionalização partidária e sistemas partidários na África Subsaariana (Da análise comparativa ampla ao estudo de caso de Moçambique)

Jaime Guiliche

Orientação: Edalina Rodrigues Sanches (Iscte e CEI-Iscte)
Doutoramento em Ciência Política
Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

Os partidos políticos são atores incontornáveis para a dinâmica das democracias representativas, tornando-se impensável idealizar regimes democráticos sem eles (Bryce,1921; Schattschneider, 1942; Stokes,1999; Aldrich,1995; Müller,2000; Hague e Harrop,2007). No contexto Africano o estudo dos partidos políticos ganhou um novo fôlego com o início da 3ª vaga de democratizações no final dos anos 80 e início 90¹. Todavia, ainda pouco se sabe sobre os traços que diferenciam os partidos nos diferentes Estados Africanos. A tendência dominante na literatura tem sido considerada para analisar as características dos sistemas partidários (Riedl,2014; Osei, 2012; Sanches, 2010, 2014, 2018) e pouco se tem refletido sobre a nacionalização dos partidos e sistemas partidários como unidades isoladas. Esta pesquisa parte da análise sobre a nacionalização partidária e de sistemas partidários em 10 países africanos, com o objetivo de explorar as suas variações tomando em consideração a natureza do regime (democracias livres ou parcialmente livres), o grau de estratificação étnica, dinâmicas do crescimento e estabilidade económica, dinâmicas da estabilidade dos regimes (existência ou não de guerras civis), bem como a existência de alternância no poder.

The securitization of Russia as an object of U.S. nuclear deterrence

David Silva Ferreira

Orientação: Luís Rodrigues (Iscte e CEI-Iscte) e Sandra Fernandes (CICP-
Universidade do Minho)

Doutoramento em Ciência Política

Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

De acordo com estimativas de 2020, os arsenais nucleares dos Estados Unidos e da Rússia, que correspondem a mais de 90% das ogivas nucleares do mundo, apresentam uma paridade quantitativa aproximada, resultante do cumprimento de tratados de controlo de armamento. A posição dos Estados Unidos é a de que a posse de armas nucleares permite ao país dissuadir ameaças e manter a paz, dado que sob circunstâncias extremas não descarta a sua utilização. Contudo, não é claro por que motivo os Estados Unidos continuam a alterar as suas políticas de dissuasão nuclear, dado que a sua capacidade de retaliação após ataque é garantida, e capaz de causar danos inaceitáveis. A nossa hipótese de investigação é a de que as mudanças efetuadas à política de dissuasão nuclear americana no período pós-Guerra Fria se prendem, sobretudo, com perceções de ameaça russa. Assim, pretendemos explicar de que forma a construção da Rússia como uma ameaça de segurança nos Estados Unidos se torna possível, e é usada com sucesso para justificar e realizar essas mudanças. Para o efeito, identificámos os atores chave na definição da política de dissuasão nuclear dos Estados Unidos, atendendo às particularidades do processo de decisão no país. Através da análise ao discurso securitário dos atores com capacidade para construir a Rússia como uma ameaça, e da reação daqueles aos quais esse discurso é dirigido, podemos explicar por que motivo mudanças a políticas de dissuasão nuclear são tidas como necessárias, e selecionadas em detrimento de outras alternativas.

A Política externa de Angola no processo de reforma das forças de defesa e segurança da Guiné-Bissau (2007-2020)

Zeferino Cariço André Pintinho

Orientação: Ana Lúcia de Sá (Iscte e CEI-Iscte)
Doutoramento em Ciência Política
Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

Esta comunicação debruça-se sobre a cooperação de defesa de Angola com a Guiné-Bissau, desde antes da independência até à atualidade. Analisa de forma particular a política externa de Angola no apoio ao Processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau (2007-2020), focando essencialmente a operacionalização da Missão de Segurança na Guiné-Bissau (MISSANG). Assim, a investigação encontra-se organizada em capítulos, no primeiro capítulo, expomos o enquadramento teórico-conceitual das Relações Internacionais e sua importância para este trabalho, no segundo capítulo, apresenta-se um enquadramento histórico e geopolítico de Angola e da Guiné-Bissau, no terceiro capítulo, fez-se um breve enquadramento sistematizado das principais linhas de força e tendências da evolução da política externa de Angola no quadro da cooperação militar, seus contributos conjugados nas Organizações Internacionais em que participa; no quarto capítulo, estuda-se o papel das Organizações Internacionais na assistência ao apoio à reforma do setor de Defesa e Segurança na Guiné-Bissau, no quinto capítulo, foram analisadas os estabelecimentos das relações de cooperação militar Angola e Guiné-Bissau.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho foi desenvolvido em três fases, recorrendo-se à realização de pesquisa bibliográfica, documental e à realização de inquéritos, por entrevista e por questionário, tendo sido usado o método de estudo de Caso, com o qual procuramos apresentar uma narrativa dos factos, sem fazer qualquer tipo de juízo de valor. Os resultados que obtivemos evidenciam perspectivas de evolução das potencialidades da política externa de Angola no que toca à cooperação militar com autores regionais, em particular com a Guiné-Bissau, porém, as vulnerabilidades e ameaças regionais constituem um embaraço na afirmação de Angola a potência regional em ascensão.

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Painel 1

A cobertura jornalística do cinema: géneros e discursos jornalísticos nos media portugueses em 2019

Jaime Lourenço

Orientação: Maria João Centeno (ESCS-IPL e CIES-Iscte)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O Jornalismo de Cinema constitui um objecto de estudo ainda muito pouco explorado pelas ciências sociais e da comunicação. Encarado como um subgénero do jornalismo cultural, o Jornalismo de Cinema assume-se como um campo de sentido informativo, crítico e reflexivo. O presente artigo procura, a partir de uma análise de conteúdo às páginas impressas e online dos principais órgãos de comunicação social portugueses (Correio da Manhã, Diário de Notícias, Expresso, Jornal de Notícias, Observador e Público) e das páginas online dos programas Cinemax da Antena3 e Cinebox da TVI24, identificar e problematizar os géneros e formatos jornalísticos da cobertura do cinema realizada por estes órgãos durante o ano de 2019. Neste sentido, procuramos analisar os géneros e formatos jornalísticos utilizados, tendo em conta os temas abordados, o estilo discursivo, os protagonistas e/ou as opções multimédia utilizadas nas páginas online.

Os serviços da morte na internet: análise do discurso a websites da Servilusa

Pedro Caldeira Pais

Orientação: Pedro Pereira Neto (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Inserida numa Tese sobre a comunicação da morte em contexto da internet, esta comunicação foca-se na análise a dois websites da Servilusa (maior empresa funerária de Portugal), através da aplicação da Análise Crítica do Discurso. Tendo como objectivo principal compreender como a morte é representada neste contexto, os resultados dividem-se em três partes. Em primeiro lugar, são identificadas tendências discursivas utilizadas nos sites, verificando-se, entre outras coisas, um elevado grau de empresarialização, uma postura inovadora – tendo em conta uma indústria funerária tendencialmente conservadora –, e a tentativa de produzir sentido e simbolismos na publicitação dos serviços. Uma segunda parte é dedicada à identificação de construções narrativas concretas por parte da empresa, nomeadamente a diferenciação por estratos sociais que esta produz na apresentação de diversos serviços, aparentemente englobada numa comunicação para classes altas. A terceira e última parte é dedicada, mais concretamente, à representação da morte, sendo que se verifica a tendência para a produção de um discurso sobre a morte pouco directo, isto é, fortemente eufemístico e subtil, tanto no texto como nas imagens, e em que parece ocorrer uma estilização da morte. De um modo geral, o discurso produzido nos sites parece ser influenciado pela dimensão e pelos objectivos e posicionamento da empresa no mercado funerário português.

Telejornais em Portugal e no Brasil: aproximações e aberturas para o cidadão-fonte

Roberta Azevedo

Orientação: Rita Espanha (Iscte) e Eduardo Cintra Torres (FCH-UCP)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-Iscte)

Nesta comunicação a autora apresenta o andamento do seu trabalho de tese que tem como título NOVOS VALORES-NOTÍCIA NAS REDAÇÕES DE TV DE PORTUGAL E DO BRASIL: a partir da presença de conteúdos produzidos pelo cidadão-fonte em telejornais. Na tese, em andamento, se pretende refletir, a partir da revisão da literatura, se a era digital implicou/implica alterações nos valores-notícia, nos critérios de noticiabilidade e nas definições e práticas do jornalismo a respeito do que é e do que a fonte contribui para os conteúdos jornalísticos. Busca-se identificar novos valores-notícia e/ou critérios de noticiabilidade em telejornais portugueses e brasileiros, diante da emergência dos dispositivos móveis digitais e da possibilidade de produção de conteúdo pelo cidadão-fonte, que a pesquisadora considera ser aquele cidadão que sempre se disponibilizou a ser fonte de informações e que, hoje, se utiliza dos dispositivos móveis digitais para produzir conteúdos e, ato contínuo, oferece esses materiais para os jornalistas ou disponibiliza-os nas redes sociais. A questão de partida da pesquisa é: como conteúdos produzidos pelo cidadão-fonte assumem um papel de valor-notícia em telejornais portugueses e brasileiros, na atualidade? E na busca de resposta para essa questão e para outras, que dela decorrem, a pesquisadora se propõe a trabalhar com a metodologia do estudo de caso cruzando as técnicas de observação participante, análise de conteúdo e entrevistas. Os objetos de estudo da pesquisa são um telejornal local do Nordeste brasileiro, observado no fim de 2018 e no início de 2019, e um telejornal português de um canal pago, observado em Setembro de 2019.

A identidade profissional e os perfis-tipo dos profissionais de comunicação de ciência em Portugal

Manuel Leite Valença

Orientação: Marta Entradas (Iscte)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Sendo a Comunicação de Ciência uma área científica relativamente jovem e que necessita consolidar a sua comunidade de prática, o conceito de identidade profissional assume especial relevância. Sendo que, até ao momento, poucos estudos incidiram diretamente sobre os profissionais de comunicação de ciência e a sua identidade, procurámos neste estudo: 1) identificar os fatores que contribuem para a identidade de profissional de comunicação de ciência; 2) identificar e caracterizar os diferentes perfis-tipo dos profissionais de comunicação de ciência.

Para alcançar estes objetivos utilizamos uma triangulação metodológica: uma componente quantitativa (inquérito online, N = 231 profissionais), seguido de uma componente qualitativa (entrevistas semi-estruturadas, N = 32).

Os resultados de uma Análise de Regressão Linear Múltipla indicam-nos que tanto fatores de natureza individual (p.ex. grau de ensino formal), como de natureza contextual (p.ex. tipo de organização) contribuem para o desenvolvimento da identidade de profissional de comunicação de ciência. Indicam-nos ainda que no seu conjunto, os fatores contextuais possuem uma maior contribuição para a intensidade com que é manifestada essa identidade, do que o agregado dos fatores de natureza individual.

Entre a comunidade de profissionais em Portugal, identificámos quatro perfis-tipo: o Pragmático, o Executor, o Defensor e o Missionário. Cada perfil-tipo exibe um padrão distinto nas várias dimensões analisadas (p.ex. compromisso com ocupação; ambições de profissionalização, etc.). A construção destes perfis-tipo envolveu a aplicação de uma Análise de Classes Latentes, uma Análise Discriminante Múltipla e 33 entrevistas. Os resultados obtidos mostram que esta não é uma comunidade homogénea, o que se reflete em variações nas práticas profissionais, expectativas ou ambições. Este estudo permitirá informar o desenvolvimento de estratégias diferenciadas (de acordo com o perfil-tipo), para incremento da ligação destes profissionais, seja com a ocupação, a organização ou com práticas de desenvolvimento profissional.

Medir o retorno com os media em RP: exploração de artigos científicos e percepções de informantes especializados

Rita Alexandra Nunes Ferreira

Orientação: Sandra Cristina Pereira (ESCS-IPL e CIES-Iscte)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Medir o retorno com os media em RP: reunir a exploração de artigos científicos com as percepções de informantes especializados é parte integrante do desenvolvimento da investigação que decorre sob o título Calcular o intangível em Relações Públicas? Como medir o retorno com os Media – Estudo da realidade portuguesa na atualidade. Com esta pesquisa pretende explorar-se a enorme multiplicidade do trabalho científico já agregado pelas principais organizações, associações e instituições de Relações Públicas e Comunicação mundiais, internacionais e nacionais, evidenciando a dedicação, ao longo dos anos, a uma temática que continua a gerar controvérsia (Macnamara, 2006; Wallace, 2009; Jeffries-Fox, 2009; Jaine, 2014). Trata-se da recolha de informação junto de diferentes entidades e organismos, distribuídas por diversos continentes, que resulta em mais de 2800 produções científicas.

Em paralelo, e porque as agências de Comunicação e Relações Públicas, bem como as empresas de Clipping, têm as componentes de mensuração e avaliação como prática integrada nos serviços prestados por serem parte essencial na componente de análise do desempenho das estratégias de RP executadas, procurámos descobrir os mais adequados métodos para avaliar os resultados das RP, na função das relações com os media, através de entrevistas exploratórias a informantes especializados. Um procedimento considerado com o intuito de testar modelos e teorias, capazes de apontar uma visão, ainda que não representativa, do panorama das práticas avaliativas nas empresas de Comunicação e RP e de Clipping em território nacional.

Doutoramento em Estudos Africanos

Painel 1

Moçambique e a memória da guerra civil: o contributo dos partidos políticos parlamentares no processo de reconciliação nacional (1994 – 2020) - Um olhar sobre a Assembleia da República

Celso António Molde Gusse

Orientação: Filipa Alves Raimundo (ICS e Iscte) e Natália da Costa Pereira
Bueno Schenoni (CES-UC)
Doutoramento em Estudos Africanos
Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

O tema de investigação enquadra-se na Justiça de Transição e o trabalho de Tese intitula-se “Moçambique e a memória da guerra civil: o contributo dos partidos políticos parlamentares no processo de reconciliação nacional (1994 – 2020) - Um olhar sobre a Assembleia da República.”

O objectivo geral desta investigação é demonstrar, a partir de um estudo de caso centrado em Moçambique, de que forma os partidos políticos em contextos pós-conflito mobilizam estrategicamente o tema da reconciliação através dos canais institucionais, particularmente dentro do parlamento. Mais especificamente, através de um enfoque na análise das preferências, atitudes e comportamentos dos partidos políticos durante a sua actividade eleitoral e parlamentar ao longo dos últimos 25 anos em Moçambique, iremos testar em que medida é que fatores como a bagagem histórica dos partidos, as dinâmicas eleitorais, a instabilidade política, e as pressões da sociedade civil influenciam as políticas da memória no país. A investigação parte de algumas hipóteses exploratórias inspiradas na literatura e relacionadas com o impacto do ressurgimento do conflito e com os ciclos eleitorais. Concretamente a) A radicalização política influenciou a instrumentalização do passado por parte dos partidos políticos moçambicanos pós ressurgimento do conflito armado em 2013, b) O ressurgimento do conflito armado em 2013 contribuiu para uma menor instrumentalização da memória do passado devido à maior necessidade de estabilidade política e c) A instrumentalização do passado centra-se em torno dos momentos eleitorais. O método de pesquisa a aplicar, que privilegia a triangulação de fontes de informação.

Como fontes de informação, o doutorando decidiu privilegiar, para além da bibliografia diversa sobre ao tema, o arquivo da dos discursos dos Chefes de Bancada nas aberturas das Sessões, as declarações de voto e os arquivos dos debates da Assembleia da República. A estes dados serão complementados pelas entrevistas aos deputados, membros do governo, académicos, políticos, jornalistas e sociedade civil.

As mulheres moçambicanas combatentes no passado e no presente: silêncios e memórias

Cláudia Daniela Constance Leal

Orientação: Maria João Vaz (Iscte e CIES-Iscte) e Sílvia Roque (CES-UC)
Doutoramento em Estudos Africanos
Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

Este estudo analisa os silêncios da memória oficial sobre os papéis das mulheres nas lutas de Moçambique, contrapondo-lhes as memórias das mulheres combatentes e as suas lutas atuais. A investigação centra-se nas mulheres combatentes da RENAMO, duplamente silenciadas pelas relações de poder baseadas no género e pelo estatuto de vencidas, face às mulheres da FRELIMO. O regaste das suas memórias permitem-nos visitar o passado e, através de vozes e perspetivas normalmente subalternizadas, oferecer novas perspetivas sobre as relações entre género, emancipação e poder. O objetivo é contribuir para o debate sobre as múltiplas vias de produção de memórias a partir dos estudos críticos sobre memória e produção da História, da análise das suas memórias e das formas como são recordadas ou apagadas.

É uma abordagem qualitativa com recurso a diversos métodos: análise bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas, pesquisa biográfica, salientando a triangulação e a análise crítica das fontes. Pretende-se colmatar a ausência de estudos sobre a Memória, do ponto de vista da Renamo, e em particular das memórias das mulheres, partindo da hipótese de que existe uma dupla subalternização das mesmas que resulta da articulação de uma dimensão de género e de legitimidade política.

O conceito de mulher combatente é o fio condutor da pesquisa. Mais do que uma mera referência estas combatentes são lugares memória e representam igualmente um espaço de aprendizagem. As questões das desigualdades sociais permanecem vincadas não só entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres, neste caso estas que estão do lado dos perdedores.

Ambiguidade do poder da mulher e conflitos de sucessão nos pepel da Guiné-Bissau

Caterina Eleonarda Gomes Viegas

Orientação: Georg Klute, Universität Bayreuth
Doutoramento em Estudos Africanos
Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

O presente trabalho debruça-se sobre a coexistência de duas lógicas do direito na etnia pepel da Guiné-Bissau: o direito de sucessão “patrilinear” fundamentado nas leis do Estado e o direito de sucessão “matrilinear” baseado nas normas da tradição. O ensaio incide também sobre a ambiguidade do poder da mulher entre os pepel, um poder frequentemente subalternizado, mas que, na prática, não deixa de influenciar, por vezes mesmo de modo decisivo, a tomada de decisões sobre vários aspetos da vida social. Esta ambiguidade do poder da mulher na pepel será analisada a partir de um caso concreto de conflito.

A grande diversidade cultural na Guiné-Bissau, estão presentes diferentes formas de regulação social, traduz-se, entre outros, na presença de instâncias não oficiais de resolução de conflitos. Os problemas relacionados com o acesso ao sistema de justiça estadual fazem com que a via não oficial se torne, para a maioria da população, a única alternativa, para a gestão dos conflitos, seja através das estruturas políticas costumeiro, ou seja através das instâncias de poder tradicional e religioso. Neste ensaio as questões de partida são: Qual é a diferença entre as instâncias oficiais e as instâncias tradicionais de gestão dos conflitos? Quais usos e costumes são tomados em conta?

Os manuais escolares de História de Moçambique: entre fatos e narrativas

Isléia Rossler Streit

Orientação: Maria Antonia Ferreira Bareto (Iscte e CEI-Iscte)

Doutoramento em Estudos Africanos

Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

A investigação tem a seguinte pergunta de partida: qual/que tipo de História é estudada/veiculada nos manuais escolares ofertados aos estudantes da educação básica de Moçambique? Para construir a resposta, dois serão os objetivos principais: (i) mapear a produção da área das Teorias da História e também, em especial, aquelas produzidas em África e para África e (ii) identificar a(as) matriz(es) historiográfica(s) que conduz a escrita/edição/composição dos manuais escolares moçambicanos. Para o estado da arte, identifica-se estudos realizados de e a partir de vários centros de investigação, seja por pesquisadores moçambicanos ou não e a relacionar várias competências, enfoques e temáticas. Cabe citar os trabalhos dos últimos vinte anos que se dedicaram a investigar especificamente o Sistema de Ensino Primário e Secundário moçambicano de um modo geral e com especificidades para o manual escolar, para o ensino da História ou não. Assim, temos as dissertações e teses de Lange, 2005; Pereira, 2002; Maman, 2004; Conceição, 2015 e Cassimo Jamal, 2019. A investigação segue duas etapas: levantamento bibliográfico e definição dos elementos para a matriz de análise dos manuais; etapa da realização de entrevistas em campo. A investigação pretende contribuir para: (i) o fortalecimento da área de Estudos Africanos enquanto um caminho epistemológico de revisão do próprio conhecimento histórico; (ii) a criação de uma metodologia de análise das narrativas históricas que funcione como uma matriz e operacionalize a aproximação dos saberes históricos produzidos nos núcleos de pesquisa e em meios académicos aos saberes históricos dos materiais didáticos.

Doutoramento em História Moderna e Contemporânea

Painel 1

A Proteção à Infância em Lisboa: Associação Protectora das Florinhas da Rua (1925-1958)

Rita Oliveira

Orientação: Maria João Vaz (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em História Moderna e Contemporânea
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

No início do século XX começa-se a desenhar toda uma rede e estrutura de Proteção à Infância, com instituições destinadas a responder a necessidades específicas, tendo a nível socioeconómico como cognitivo. Neste sentido a Associação Protectora Florinhas da Rua permite-nos ver as políticas de assistência pública à infância, as relações entre a instituição e o sistema assistencial. O papel do Estado e da Igreja, a sua relação e influência. Como também conhecer um pouco sobre a sociedade lisboeta da época, tanto as classes mais desfavorecidas, as crianças que iam para esta instituição pelo Tribunal Tutelar de Menores, como as de famílias mais abonadas que punham as suas crianças nestas instituições em regime de pensionato.

Apresentamos a Associação Protectora Florinhas da Rua desde a aprovação dos seus estatutos, em 1925, até 1958 e o seu percurso singular, explorando duas valências. Por um lado, a análise do percurso desta instituição: nomeadamente os seus dirigentes, os seus objetivos, como foram postos em prática, os seus diferentes espaços. Por outro lado, a análise irá incidir nas crianças que vinham para esta instituição, donde vinham, porque eram considerados “anormais”.

O estudo do caso da Associação Protectora Florinhas da Rua, pela sua excecionalidade, permite ter uma noção mais abrangente do passado em dois temas que ainda hoje são alvo de grandes debates, apesar de para muitos estarem já obsoletas: as instituições de proteção à infância mais adequadas e as instituições para crianças com necessidades educativas especiais.

Percursos no degredo. Transporte penal e demografia no século XIX

Diogo Paiva

Orientação: Paulo Teodoro de Matos (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em História Moderna e Contemporânea
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O degredo foi um sistema de transporte penal (civil e militar) e trabalho forçado que perdurou até 1932. Timothy S. Coates (2014) estimou que nos seus últimos cem anos foram condenados entre 25.000 e 31.000 indivíduos a cumprir funções civis e militares nas províncias ultramarinas. A uniformidade legislativa do Império, e da aplicabilidade da pena do degredo, levou a que surgissem fluxos paralelos do Reino para o Ultramar e intercoloniais, que se intensificam com as decisões tomadas na Conferência de Berlim. O degredo tornou-se, assim, um importante mecanismo para aumentar a presença portuguesa em África.

Este projeto pretende identificar e seguir indivíduos sentenciados a degredo no Império Português de 1850 a 1900. Tendo uma perspetiva inédita de bottom-up e uma abordagem global, esta população penal será caracterizada demograficamente e avaliado o seu impacto nas colónias, a forma como se integrou nos fluxos intercoloniais e que modelos influenciaram na reforma do sistema de degredo. A recolha e análise de percursos de vida de degredados serve de base para a compreensão da evolução do sistema de degredo, globalmente, tendo em conta as dinâmicas internas e externas do Império Português durante a Monarquia Constitucional.

Nesta comunicação serão apresentados diferentes percursos de indivíduos degredados, confrontando-os com visões de políticas coloniais e penais coevas, tendo em conta o desenvolvimento do trabalho de investigação até ao momento e os desafios enfrentados.

O envolvimento português nas iniciativas de radiodifusão internacional patrocinadas pelos EUA durante a Guerra-Fria: RARET 1951-1996.

Vitor Manuel Malta Madail Herdeiro

Orientação: Ana Mónica Fonseca (Iscte e CEI-Iscte)
Doutoramento em História Moderna e Contemporânea
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A historiografia da Guerra-Fria incorporou nas últimas décadas novas áreas de estudo e de investigação, como a propaganda, a diplomacia pública e o uso dos meios de comunicação social colocados ao serviço dos Estados no contexto geral do conflito Leste/Oeste. Neste contexto a radiodifusão internacional desempenhou um papel central nas estratégias e iniciativas dos EUA para conter o expansionismo soviético na Europa Central e Oriental durante o período.

As autoridades portuguesas disponibilizaram-se a participar nessas iniciativas desde a primeira hora. O embaixador norte-americano em Lisboa, Lincoln MacVeagh, foi o porta-voz responsável por expressar o sentido de urgência de tais iniciativas levadas a cabo pela Radio Free Europa ao chefe do governo português, Oliveira Salazar, e ambos definiram os moldes da participação portuguesa em Dezembro de 1950.

A RARET - Rádio Retransmissão foi a entidade de fachada responsável pelas emissões da RFE a partir do território português direcionadas aos países do bloco socialista entre 1951 e 1996.

Ao aderirem às iniciativas norte-americanas de radiodifusão as autoridades portuguesas colocaram-se no epicentro de uma guerra hertziana que envolveu os dois blocos ideológicos da Guerra-Fria.

No entanto a história da participação portuguesa nessas iniciativas continua a representar uma lacuna importante ao nível da literatura.

Este projeto de investigação pretende colmatar essa lacuna na medida em que se propõem investigar o papel da RARET nas relações luso-americanas, ao mesmo tempo que procura avaliar a dimensão da contribuição portuguesa para a guerra hertziana travada entre os EUA e a URSS nos céus europeus ao longo do período.

Doutoramento em Políticas Públicas

Painel 1

Governança global de terras: análise da experiência brasileira

Otávio Moreira do Carmo Júnior

Orientação: Pedro Adão e Silva (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Políticas Públicas

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

No Brasil existe um problema estrutural e sistêmico de distribuição de terras. Tal contexto é decorrente de diversos aspectos: a instabilidade do direito de propriedade; a deficiência no cadastro e a insuficiência institucional na gestão fundiária. Isso acarreta incoerências no âmbito do sistema de administração de terras e conseqüentemente ocasiona avanços desordenados de fronteiras, conflitos violentos e desequilíbrio do acesso ao direito à terra, envolvendo vários interessados. Ao longo da história, todos os normativos que orientaram as políticas fundiárias no Brasil, apesar das inovações e melhorias implementadas nas duas últimas décadas, em certa medida, mantiveram o perfil conservador, com forte resistência a mudanças. No entanto, não obstante as resistências em se modificar as políticas de terras no âmbito nacional, há evidências de mudanças a partir de processos internacionais não vinculativos, a exemplo das Diretrizes Voluntárias para Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais, no Contexto da Segurança Alimentar Nacional - *Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security – VGGT*. Assim sendo, este trabalho objetiva explicar de que forma esse instrumento suave, não vinculativo, foi capaz de impactar as políticas de terras no Brasil e quais os efeitos associados à sua implementação. A pesquisa partirá de uma perspectiva comparativa, a investigar o processo de difusão da política global de terras *VGGT* no Brasil, em que serão estudados e analisados casos de políticas públicas alteradas em função das diretrizes globais, considerando o contexto político-institucional, os atores envolvidos no processo, as alterações nos aspectos legais, técnicos e organizacionais e os resultados alcançados pelas respectivas políticas após a implementação do *VGGT*.

Instabilidade política na Guiné-Bissau e a política educativa de acesso a escolaridade obrigatória, 1980-2015

Francisco Armando Bilima Té

Orientação: Susana da Cruz Martins (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Políticas Públicas
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Pretende-se com essa pesquisa identificar e analisar o impacto da instabilidade política na Guiné-Bissau e perceber como é condicionada a concretização de um conjunto de políticas da educação relacionada com o acesso a escolaridade obrigatória, de modo a evidenciar o estado do ensino no país (ainda seletivo, via única cuja a formação técnica e profissional cada vez menos relevante no domínio social e económica).

Do ponto de vista teórico, damos ênfase as perspetivas de ciclos de políticas, às propostas de Stephen Ball, “policy cycle approach” para a análise de políticas educacionais e o modelo conceptual de Haddad & Demky e Harold Lasswell, que irão ser adaptadas e enquadradas à realidade da Guiné-Bissau.

Tratar da instabilidade política na Guiné-Bissau e a Política Educativa de Acesso a Escolaridade Obrigatória, 1980-2015, não podemos dissociá-lo a fatores históricos relacionados com a luta armada de libertação nacional.

A investigação assenta na identificação das problemáticas relacionadas com as dimensões das políticas públicas do governo, da consolidação do Estado e da política educativa para o acesso e concretização da escolaridade obrigatória.

A nível social, a desigualdade é muito elevada, ausência de políticas eficazes para as camadas sociais mais vulneráveis, baixa taxa de escolaridade a nível nacional, elevado índice de pobreza, da carência de recursos humanos especializados e de infra-estruturas. Em relação ao estudo empírico e para responder às questões da investigação e atingir os objetivos propostos, optaremos pela combinação de diferentes abordagens metodológicas, quantitativo-qualitativa, recorrendo as entrevistas e pesquisa documental que permitem caracterizar e definir o problema em estudo.

Difusão das políticas públicas nacionais para a qualidade e segurança em saúde nos hospitais

Cristina Martins d'Arrábida

Orientação: Beatriz Padilla (CIES-Iscte)

Doutoramento em Políticas Públicas

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A formulação das políticas públicas nacionais para a qualidade e segurança em saúde é estabelecida em 2009, vindo a ser consolidada em 2015, através da Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde 2015-2020. As prioridades estratégicas são redefinidas, também, através do reforço acentuado da melhoria da segurança em saúde, com a criação de um Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2015-2020, que integra a Estratégia Nacional. A nível do Serviço Nacional de Saúde, os Planos de Ação da Qualidade anuais devem ser incluídos nos contratos-programa, o que não veio a acontecer. O presente estudo tem como objetivo analisar a difusão das políticas públicas nacionais para a qualidade e segurança em saúde nos hospitais e encontrar explicações para a sua difusão. O argumento central é que, independentemente da obrigação formal de implementação da Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde, não sendo a mesma associada a incentivos e sanções, a difusão das políticas públicas nacionais para a qualidade e segurança em saúde nos hospitais é manifestada pelas escolhas das medidas políticas efetuadas em prol da sua implementação, a nível local. Esta comunicação visa partilhar o planeamento da análise empírica que tem como quadro conceptual, as teorias políticas de difusão política e do neoinstitucionalismo, designadamente, o sociológico. Para a colheita de dados é utilizado inquérito dirigido aos presidentes dos conselhos de administração dos hospitais do sistema de saúde que cumprem os critérios definidos e presidentes das administrações regionais de saúde, através de questionários que possibilitam análise quantitativa e qualitativa.

Painel 2

Energias renováveis em Portugal e a crise económica global do início do Século XXI

Waldyr Martins Barroso

Orientação: Helge Jörgens (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Políticas Públicas
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Para Portugal, no contexto energético, as energias renováveis são vitais não só para reduzir sua dependência de fontes de energias exógenas, mas especialmente para assegurar sua sustentabilidade energética. Esta característica torna o país bastante vulnerável às oscilações geopolíticas que afetam as principais fontes energéticas, as quais Portugal necessita importar.

A crise económica global do início do século XXI acarretou retração económica e social aos países da União Europeia (UE), impactando principalmente Portugal, Itália, Grécia e Espanha. Subjacente ao cenário de incerteza económica, os governantes dos países com as economias mais oneradas pela crise adotam estratégias que acabam por afetar as políticas públicas, com cortes parciais ou totais, nos recursos destinados a elas. O desmantelamento de políticas é algo frequentemente associado a períodos de dificuldades económicas, quando é mais provável o uso de medidas para reduzir as despesas públicas. Apesar do cenário económico desfavorável enfrentado por Portugal no início deste século, as energias renováveis mostraram uma aparente resiliência. Assim, o presente trabalho visa conhecer as estratégias das políticas públicas em Portugal que suportam a promoção e uso das fontes de energias renováveis, tendo como base um estudo de caso das políticas públicas de energias renováveis portuguesas. A metodologia proposta permite identificar mecanismos específicos sobre desmantelamento de políticas públicas, que devem ser avaliados considerando a sua aplicação para o caso concreto, a fim de compreender os fatores que mais influenciaram o desenvolvimento e o comportamento das políticas de energias renováveis em Portugal durante o período de crise económica.

PMEs: análise de políticas públicas comparadas

Yuri Katayama Santos

Orientação: Maria Teresa Patrício (Iscte e CIES-Iscte) e Helge Jörgens (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Políticas Públicas

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O Estado é fundamental para definir e garantir a importância do investimento público direto para a criação de bens públicos e encorajar a tomada de riscos em pesquisa e inovação [1]. A falha de mercado continua sendo a base lógica para a política de inovação em muitos casos [2]. O debate sobre as políticas de inovação cada vez mais se concentra em desafios decorrentes da complexidade das políticas, sendo adotado o termo "policy mix" [3]. A Alemanha e Canadá foram definidos como estudos de caso, devido à escolha dos instrumentos orçamentários, nomeadamente subsídios diretos e indiretos, utilizados pelos países. A Alemanha é um exemplo de país que realiza somente subsídio direto, enquanto o Canadá utiliza em maior proporção os subsídios indiretos. Atualmente não há países que utilizam somente o subsídio indireto. O projeto busca responder a seguinte pergunta: O que explica a diferença de abordagem nas políticas públicas de inovação do Canadá e da Alemanha? Apesar do objetivo em comum de impulsionar as PMEs inovadoras os dois países entendem a maneira de como levar o incentivo do governo federal para a inovação das PMEs de formas diferentes. Para responder a esta questão partiremos da hipótese inicial de que a escolha dos países quanto aos tipos de subsídios, direto ou indireto, ocorre devido ao Canadá utilizar um olhar sobre a melhoria da escala tecnológica dos produtos (inovação no produto), enquanto a Alemanha ter o foco na evolução tecnológica da empresa (a empresa se enquadra na escala de inovação).

O caso do rendimento mínimo incondicional em Utrecht e Barcelona

Bruno Miguel Oliveira

Orientação: Pedro Adão e Silva (Iscte e CIES-Iscte) e Fátima Suleman (Iscte e DINÂMIA'CET- Iscte)

Doutoramento em Políticas Públicas

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Em 2017, tanto Barcelona como Utrecht implementaram uma política incondicional com algumas ligações à ideia do Rendimento Básico Incondicional (Van Parijs e Vanderborght, 2017). Não é uma política do RBI (como um recurso libertário), mas sim uma política social (para combater a pobreza e a exclusão social) como os esquemas de rendimento mínimo, mas incondicional na activação para o mercado de trabalho. O objectivo desta investigação é mostrar quais os factores que levam à emergência de políticas locais nestes dois estudos de caso, analisando os factores que levaram à emergência da política social de rendimento básico.

Os Países Baixos e a Espanha não têm a mesma redistribuição de competências a nível local. Nos Países Baixos, os seus municípios têm mais margem de manobra para definir novas políticas de assistência social - duração no tempo e variação de intensidade - mas sujeitas à aprovação do governo central. O município de Barcelona tem pouco espaço de manobra na definição de novas políticas de assistência social. Só podem definir benefícios sociais de natureza urgente, básica e específica. Em ambos os casos, existiam alianças progressistas no poder local. A principal questão de investigação é porque é que estes dois casos acabaram com uma política idêntica, apesar de terem competências diferentes em matéria de política social? O debate sobre os efeitos da autonomia municipal na emergência das políticas sociais não é bem explorado na literatura, apesar de o regionalismo (Borzel, 2002) e as estruturas constitucionais terem sido previamente bem estudadas em relação aos Estados (Immergut, 1992), a governação a nível local carece desta investigação. Sabemos, também, que países com um processo de descentralização precoce têm regiões e municípios mais autónomos (Magalhães, 2017) e a emergência de partidos de extrema-esquerda em coligação com

partidos reformistas levou a municípios locais autónomos e a estados de bem-estar mais universalistas (Fernandes, et al, 2017). Esta investigação propõe repensar os "pontos de equilíbrio" entre as estruturas constitucionais da governação supra e as acções das alianças políticas locais com os seus "recursos de poder".

Esta investigação está a ser feita através de um processo de rastreio da política baseado em análise de documentos institucionais e documentos de imprensa e, também, entrevistas semi-estruturadas a peritos e actores políticos. Os resultados serão apresentados numa comparação cruzada entre os dois municípios, através da construção de um quadro de análise.

Doutoramento em Serviço Social

Painel 1

Construções metodológicas: da pergunta de partida às técnicas de tratamento de dados na produção de conhecimento sobre indicadores da qualidade nas CPCJ

Ana Ruxa

Orientação: Jorge Manuel Leitão Ferreira (Iscte e CIES-Iscte) e Margarida Maria de Matos (ESTESL-UPL)
Doutoramento em Serviço Social
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O processo de construção metodológica constitui o core de cada investigação académica, dando-lhe estrutura e coerência. Na presente comunicação a autora apresenta um tour pelo processo metodológico que orienta a presente pesquisa, começando pela identificação da pergunta de partida, como força motriz para a identificação dos objetivos, geral e específicos, e do objeto de estudo. Segue-se a apresentação das questões de investigação, em articulação com os objetivos e objeto de estudo. No quadro da metodologia de pesquisa, é ainda apresentado o campo empírico, a lógica de investigação e as técnicas de recolha e tratamento de dados, com identificação simultânea do tipo de amostragem e dos critérios que presidiram à seleção dos sujeitos inquiridos e integrantes da análise empírica, com vista à produção de conhecimento sobre indicadores da qualidade no sistema de proteção à criança a partir das CPCJ.

Como resultado desta comunicação no colóquio, procuramos alimentar uma reflexão conjunta, que apoie o fortalecimento metodológico desta pesquisa.

Inclusão social através do Desporto

Cátia Sofia dos Santos Afonso

Orientação: Maria João Pena (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Serviço Social

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A presente comunicação pretende articular a relação entre o desporto e o Serviço Social, a partir de uma revisão de literatura, sustentando que o Serviço Social, enquanto profissão de intervenção e disciplina académica tem com objetivo o bem-estar constituindo o desporto um recurso e uma estratégia na promoção desses mesmos objetivos. Sabe-se que o desporto é considerado um fenómeno da sociedade moderna e que pode trazer um contributo fundamental na saúde física, mental e social da criança ou jovem atleta. O desporto está associado a um estilo de vida saudável, pode auxiliar no controle das emoções e na aquisição de competências pessoais. Estudos de Coakley (2011), Strachan (2011), Ramalho (2014) e Vilela (2015) assumem que a prática desportiva é fundamental para o bem-estar dos mais jovens. Também Cadeira (2011), Ramalho (2014) e Marivoet (2016), destacam o lazer desportivo como uma ferramenta de desenvolvimento de competências de crianças e jovens vulneráveis. Sendo o Serviço Social uma área promotora do desenvolvimento e da mudança social, importa observar o desporto enquanto ferramenta promotora do companheirismo e da inclusão social através dos seus verdadeiros valores. De acordo com Marivoet (2016), a inclusão social no desporto define-se como a “existência real de igualdade de oportunidades no seu acesso. (...)” (Marivoet, 2016, *apud* Marivoet 2014, p. 198). Pretende que a criança ou jovem atleta seja incluído na sociedade, através de uma participação igualitária, independentemente da sua classe social, etnia ou raça. O desporto constitui valores sociais, educativos e culturais essenciais para uma participação ativa na sociedade. Ao abranger todas as classes sociais e grupos etários distintos, é promotor de relações sociais, permite a promoção da igualdade de oportunidade se a designação e valores democráticos e sociais.

A Informalidade em contextos urbanos: desafios para o crescimento e permanência local

Lorena Helena dos Santos Silva Anile

Orientação: Helena Belchior Rocha (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Serviço Social
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Esta comunicação pretende apresentar a organização dos conteúdos da tese em questão, abordando uma discussão conceptual acerca do tema central da pesquisa: as relações sociais nas práticas informais urbanas, mais especificamente, em contexto de informalidade urbana.

O espaço urbano constitui-se como uma ferramenta que produz e reproduz estruturas e relações sociais (Gonçalves, 2017). A multiplicidade de tais relações compõe o processo de produção e reprodução social da vida ou a própria reprodução das relações sociais, o que engloba um tipo de consciência social que se manifesta nos sujeitos através de sua posição na vida em sociedade (Yazbek, 2018). Assim, constitui-se como objetivo geral analisar e sistematizar as práticas informais urbanas que contribuem para o enraizamento e para a constituição territorial informal.

Optamos como metodologia o paradigma interpretativista, método qualitativo e a abordagem indutiva. As técnicas de recolha de dados baseiam-se na observação não-participante, história oral, entrevistas semi-directivas e análise documental. A amostra será por conveniência. Pretende-se fazer uma análise de duas realidades diferentes, tendo como campo empírico uma favela no Brasil, a Favela da Rocinha, e um bairro de génese ilegal em Portugal, a Cova da Moura.

Para a análise dos dados recolhidos, utilizaremos a técnica de análise de conteúdo categorial para as entrevistas e análise interpretativa para a entrevista de história oral, pois há que procurar o sentido social que está subjacente quer à descrição dos fenómenos através da sua rearticulação quer da ligação aos fenómenos estruturais (Poirier e Valladon, 1983).

As implicações da Pandemia COVID-19 no bem-estar dos profissionais de saúde do SNS

Andréa Mattos Dantas do Nascimento Cardial

Orientação: Maria Inês Espírito Santo (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Serviço Social
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O exercício laboral na saúde é por si só um fator “estressor” para o profissional, sendo este, ainda mais potenciado quando se trata de uma realidade completamente adversa decorrente de uma pandemia. Nesta comunicação apresenta-se a reformulação do projeto de tese, a metodologia e a fase em que se encontra nesta altura. Esta pesquisa tem como objeto de estudo a análise das potenciais implicações da Pandemia COVID-19 no bem-estar profissional e pessoal/familiar dos profissionais de saúde em contexto hospitalar do SNS em Portugal. Ambiciona: 1) Identificar e analisar as implicações decorrentes da Pandemia COVID-19 no bem-estar profissional e pessoal/familiar dos trabalhadores do SNS em Portugal e, 2) Propor um modelo de boas práticas de saúde pública para apoio aos profissionais de saúde em futuros contextos pandémicos e ou adversos. Metodologicamente a pesquisa adota o paradigma interpretativo e crítico. Trata-se de um estudo exploratório, de natureza quanti-qualitativa, pois orientar-se-á pela aplicação de métodos mistos, e enquadra-se na lógica de investigação abductiva. A recolha de dados dar-se-á através da pesquisa documental e empírica por meio do inquérito por questionário semiestruturado e a Escala de Resiliência. A análise dos dados será feita com a utilização do *software* SPSS (quantitativos) e análise de (qualitativo), com possibilidade de uso do recurso ao *software* MaxQDA ou *Atlas ti*. No tocante ao universo da pesquisa corresponde aos hospitais do SNS. A amostra será a não probabilística por conveniência, todavia prima-se pela representatividade de todo o país. Têm-se como sujeitos da pesquisa os profissionais das diversas carreiras da saúde. Neste momento a pesquisa encontra-se na fase de envio dos pedidos para sua realização às Comissões de Ética Hospitalares.

Painel 2

Direitos humanos e qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual: uma abordagem a partir de contextos habitacionais

Rita Barata

Orientação: Maria João Pena (Iscte e CIES-Iscte) e Helena Carvalho (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Serviço Social

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A comunicação proposta enquadra-se na tese de doutoramento em Serviço Social que visa compreender as experiências de direitos humanos e perceções da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual em distintos contextos habitacionais, através do recurso a métodos mistos. De forma mais específica, esta comunicação centra-se no desenvolvimento de serviços de base comunitária no contexto português, privilegiando a análise sobre os estabelecimentos residenciais na área da deficiência (intelectual) a partir dos dados disponíveis para consulta pública que permitem proceder à caracterização. O critério quantitativo referente à dimensão das respostas, ainda que introduza desafios, tende a ser utilizado nas pesquisas internacionais, tanto para identificar as “instituições” (eg: Šiška & Beadle-Brown, 2020) como para retratar a heterogeneidade da dimensão nos serviços comunitários (eg: Šiška, Beadle-Brown, Káňová & Šumníková, 2018). Em Portugal, as duas tipologias existentes nas estruturas residenciais para pessoas com deficiência indicam desde logo diferentes congruências com a abordagem dos direitos humanos (ODDH, 2019), mas as suas configurações são pouco estudadas e a dimensão das mesmas parece revelar alguma heterogeneidade. Neste sentido, procedemos à identificação e reflexão das opções metodológicas, incluindo as técnicas, variáveis e indicadores utilizados para proceder à caracterização dos estabelecimentos residenciais, a par das suas potencialidades, desafios e constrangimentos. Posteriormente, sistematizam-se os resultados preliminares e respetiva discussão. Esta comunicação, centrando-se no trabalho em desenvolvimento num dos objetivos da investigação visa obter contributos para a melhoria contínua da tese.

O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social

Sara Armanda Mora Teiga

Orientação: Maria João Pena (Iscte e CIES-Iscte) e Helena Carvalho (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Serviço Social

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O *Capital Social* é uma das variáveis que influencia o desenvolvimento sustentável (Banco Mundial, 2017).

Na literatura constata-se que é propriedade da sociedade e das comunidades e amplia a perspetiva dos aspetos não económicos da vida social. Ao traduzir-se num estoque de confiança, confiabilidade e capacidade coletiva de viver e agir juntos de forma eficaz começa a ser objeto de estudo para além das ciências sociais. Por conseguinte, torna-se relevante para a construção de indicadores não económico-financeiros, no campo do desenvolvimento (Martelo,2004:41-49).

A tese *O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social* vai ampliar as dimensões das relações de mercado não mercantis e não monetárias do Capital Social procurando compreender as dinâmicas económicas plurais da sociedade capitalista, segundo os pressupostos da economia substantiva de Karl Polanyi (1944) e de Mark Granovetter (1985).

As relações nas redes, de mercado não mercantil e não monetária e hierárquicas (onde se insere ação social e opera o Serviço Social) caracterizam o território e contribuem para o desenvolvimento integral individual e colectivo (Abramovay, 2003). É no território onde o Capital Social pode desenvolver-se a nível individual, grupal e comunitário (Nahapiet & Ghoshal,1997) assumindo formas diferentes: capital social cognitivo (códigos, valores sociais), relacional (laços fortes e fracos); estrutural (relações hierárquicas, relações sociais, redes e relações de mercado não mercantil e não monetária) (Claridge,2004).

É nesta perspectiva que o Capital Social é colocado como o conceito chave no debate em Serviço Social que procura recentrar as dimensões sociais marginalizadas pelo capitalismo (Claridge, 2019).

Dimensões éticas do Serviço Social: fundamentos de um código deontológico para a profissão

Inês Pereira

Orientação: Maria Inês Amaro (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Serviço Social

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Na presente comunicação o autor apresenta a investigação em curso como contributo para uma discussão aprofundada sobre as implicações éticas da intervenção social. Objeto de estudo: dimensões éticas da intervenção dos assistentes sociais. Com base na questão: "Como pode ser fundada a profissão de Serviço Social a nível ético e deontológico?", tem como objetivos: 1) Identificar os fundamentos éticos do Serviço Social; 2) Caracterizar as questões éticas que se colocam à intervenção no Serviço Social; 3) Destacar a relevância e o alcance de um quadro deontológico para o Serviço Social em Portugal; 4) Sistematizar as orientações éticas para a profissão de Serviço Social; 5) Compreender as implicações da incorporação das orientações do CDAS em Portugal para as práticas profissionais em Serviço Social. Enquadramento teórico: Enquadramento ético do Serviço Social em Portugal; Ética e seus fundamentos: debates éticos atuais e ética das profissões. Definição de conceitos: ética, moral, princípios, valores, pensamento, ação, decisão, autonomia e liberdade (serviço social, filosofia, ontologia e antropologia); Ética no Serviço Social: princípios e valores do Serviço Social, questões éticas, orientações. Universo da recolha de dados: âmbito internacional e nacional - assistentes sociais que trabalham em diferentes contextos, amostra estratificada. Considera-se também como amostra os artigos científicos, publicações e teses do Serviço Social produzidas sobre a temática em Portugal, bem como o Código Deontológico dos Assistentes Sociais (APSS, 2018). A metodologia de investigação escolhida é a estratégia abductiva, utilizando métodos qualitativos - entrevistas e análise documental como técnicas de recolha de dados.

Considerações sobre famílias e proteção social: um debate necessário para o Serviço Social

Raffaella Canini

Orientação: Maria Inês Amaro (Iscte e CIES-Iscte) e Maria do Socorro de Souza Vieira (UFPB)

Doutoramento em Serviço Social

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Essa comunicação levanta algumas reflexões sobre a relação entre família e proteção social, especificamente como a política de assistência social incorpora a família no sistema de proteção social. O trabalho é parte de reflexões produzidas na pesquisa de doutoramento que tem como objetivo geral “Sistematizar a prática do assistente social com famílias na política de assistência social no Brasil e ação social em Portugal”. Tendo como base o paradigma sociocrítico, buscou-se levantar os principais pensamentos teóricos sobre esses temas, evidenciando alguns dados do Brasil e do Portugal. A partir dos trabalhos de Esping-Andersen, os estudos sobre a proteção social abordam o papel da família no processo de proteção social, utilizando categorias como familiarização e desfamiliarização para análise do sistema de proteção social. Nos dois países a política de assistência social/ação social é o resultado de um processo tardio, sob a responsabilidade do Estado no atendimento às necessidades básicas da população, contudo estabelece a participação da sociedade e, portanto, “a quebra da centralidade” do Estado no sistema de proteção, conforme analisa Potyara Pereira. Situação que agrava a condição de determinadas famílias, principalmente num contexto em que nos dois países as políticas sociais e em especial a assistência social vem recebendo cortes de investimentos através do congelamento de recursos para as áreas sociais, reduzindo benefícios e serviços. No Brasil, evidencia-se um grande retrocesso a partir de iniciativas do atual governo que mostra sua face conservadora e moralista. Nesses termos, as famílias são consideradas ao mesmo tempo centro de ação da política, mas também parceira na efetivação do sistema de proteção social, condição que pode sobrecarregar as possibilidades reais no processo de proteção social.

Doutoramento em Sociologia

Painel 1

Organização das escolas, desigualdades escolares e reprodução social: alguns contributos para o debate

Inês Tavares

Orientação: Luís Capucha (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Com esta apresentação, baseada num capítulo de uma tese de doutoramento em curso, proponho analisar a influência da organização escolar nos resultados escolares, bem como a discussão acerca dos fatores da organização escolar que mais contribuem para a reprodução social. Pretende-se, num primeiro momento, testar o papel da escola na reprodução das classes sociais, que transforma as desigualdades sociais em desigualdades escolares e que, posteriormente, serão novamente transformadas em desigualdades sociais e assim ciclicamente, conforme tem salientado a análise sociológica da educação desde há várias décadas, na senda dos contributos de Bourdieu e Passeron. Num segundo momento, tenciona-se analisar as diferentes componentes da organização escolar e como estas influenciam os resultados dos alunos e a reprodução de desigualdades. Esta comunicação parte da revisão bibliográfica dos estudos realizados no campo da sociologia da educação sobre esta problemática, bem como da análise elaborada através de dados extraídos do sistema de informação MISI (gerida pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação), que engloba todos os alunos inscritos em todos os anos de escolaridade do ensino obrigatório (do 1º ano do 1º ciclo ao 12º ano do ensino secundário, no caso desta análise organizados por ciclos de ensino) em Portugal continental no ano letivo de 2018/19.

Valores e cinema. Análise da avaliação de projetos de documentário em concursos de financiamento público (2007-2016)

Maria João Taborda

Orientação: Rui Pena Pires (Iscte e CIES-Iscte) e Filipe Carreira da Silva (ICS)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Na presente comunicação a autora apresenta primeiros resultados da análise empírica realizada no âmbito do projeto em que investiga como os valores dominantes no julgamento sobre a arte concorrem, no presente, para a definição e demarcação simbólica do campo artístico. Valores como originalidade, celebridade, trabalho, autenticidade, perenidade, raridade, universalidade, significado, prazer, virtuosidade, verdade e outros são mobilizados na produção de juízos sobre arte, ainda que com importância variável em distintos momentos históricos.

Entre vários contributos teóricos relevantes para este trabalho, destaca-se o de Nathalie Heinich sobre os valores e o de Michelle Lamont sobre a análise de processos de avaliação. Na análise empírica, procurou-se identificar os valores mobilizados na avaliação de projetos de criação cinematográfica, no contexto de concursos públicos para apoio financeiro do Instituto do Cinema e Audiovisual realizados ao longo de uma década (2007-2017), período suficientemente longo para a identificação de regularidades, mas também dinâmico o bastante para se prestar à observação de possíveis contrastes.

Se do exame dos regulamentos dos concursos resultou a grelha condutora da análise de conteúdo, o corpo dessa análise corresponde ao discurso produzido pelos júris, que condensa a interpretação e que é feita daquela gramática.

Assim, propomo-nos apresentar os primeiros resultados da análise dos valores presentes na enunciação qualitativa produzida pelos júris para justificar as pontuações atribuídas aos projetos, quanto ao critério relativo à qualidade e mérito artístico.

Conhecendo a latitude com que os júris interpretam os regulamentos, operacionalizando os valores aí propostos ao apreciar cada projeto artístico, procuramos pistas para responder à questão mais geral deste trabalho.

Avenidas Novas: quotidianos e representações

Fernando Pinto

Orientação: Renato Miguel do Carmo (CIES-Iscte)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Que transformações se verificaram nas Avenidas Novas de Lisboa, desde o plano urbanístico original até aos nossos dias? Qual a relação entre as recomposições sociais das Avenidas e os processos territoriais verificados à escala da cidade e da região? Que representações sociais têm os atuais moradores sobre a área onde residem, em matérias relacionadas com o estatuto social da zona e a existência ou não de vida de bairro nas Avenidas Novas? O comércio local e os serviços com atendimento ao público são espaços propícios ao interconhecimento de moradores, trabalhadores e outros utilizadores da zona? – Eis as principais questões de partida de uma pesquisa que sumariamente apresentamos nesta comunicação.

As hipóteses que procuramos validar são as seguintes: 1) As condições que as Avenidas Novas ofereceram à expansão da cidade a partir do seu traçado inicial, viabilizando a mobilidade espacial, a urbanização primeiro e a terciarização depois, são ainda hoje favoráveis à revitalização urbana que atualmente traduz uma dinâmica de retorno à cidade; 2) Apesar da forte terciarização das últimas décadas do séc. XX, e em parte através dela, as Avenidas Novas mantiveram, ao nível das representações sociais do espaço residencial, um estatuto socioeconómico elevado.

Numa perspetiva panorâmica do trajeto percorrido, apresentamos os resultados preliminares obtidos em três etapas – contexto, dinâmicas e representações –, construindo assim um exercício de escala, desde o enquadramento histórico e urbanístico inicial, passando pelos cenários sociodemográficos e socioeconómicos, até chegar aos perfis e retratos dos sujeitos das representações.

A falácia na criação de emprego em Portugal

Cláudia Vajão da Cruz Dias

Orientação: Fátima Suleman (Iscte e DINÂMIA´CET- Iscte) e Helena Carvalho (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Na presente comunicação o autor apresenta a descrição de um conjunto de indicadores recorrendo à base de dados “Quadros de Pessoal” ligando empresas e trabalhadores do setor privado em Portugal referentes período de anos 2008 a 2018. Pretende-se desta forma caracterizar a evolução observada em Portugal, nos anos em que a crise económica obrigou os atores económicos e políticos a medidas de flexibilização do mercado de emprego dotando os mercados de trabalho de maior precarização. Tendo por referência o tipo de contrato termo certo e incerto, caracterizam-se os trabalhadores em diversas dimensões. De uma forma geral, verificamos que após uma forte redução da taxa de emprego entre os anos 2008 e 2012, o mercado de trabalho iniciou uma trajetória de recuperação no número de trabalhadores por conta de outrem, marcada por um crescimento mais acelerado de contratações a termo certo e incerto, do que sem termo, o que indica uma tendência para a precarização do mercado de trabalho. Verifica-se ainda que este crescimento, apesar de ocorrer em todas as dimensões de características dos trabalhadores, afeta particularmente os jovens, os níveis mais baixos de qualificação, os trabalhadores com habilitações literárias ao nível do ensino secundário e mestrado, as empresas sediadas no Alentejo e Algarve e as com dimensão inferior a 250 pessoas. O impacto social e económico que a flexibilidade laboral origina nos modelos sociais de proteção social em vigor, no bem-estar dos indivíduos, e na estratificação do mercado de trabalho merece, a nosso ver, um continuado estudo e diagnóstico no contexto actual.

Painel 2

Diversidade sociocultural e seletividade social das oportunidades educativas: segregação étnico-nacional na rede escolar da Área Metropolitana de Lisboa

Adriana Albuquerque

Orientação: Teresa Seabra (Iscte e CIES-Iscte)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A presente comunicação insere-se no âmbito da sociologia da educação, mais especificamente no estudo das condicionantes contextuais para a igualdade de oportunidades escolares em tempos de elevada diversidade social, cultural e étnica nos estabelecimentos de ensino. Tendo como pano de fundo uma pesquisa doutoral sobre o efeito-escola nos percursos e desempenho escolar dos alunos descendentes de imigrantes e pertencentes a minorias étnicas, pretendo aqui desbravar caminho no entendimento do fenómeno da segregação escolar de base étnico-nacional tal como acontece nas áreas urbanas e suburbanas, mais especificamente na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Será que os descendentes de imigrantes estão equitativamente distribuídos na respetiva rede escolar concelhia? Existirão “portões que se fecham” ou estabelecimentos de ensino que os “acantonam” em “ilhas” de exclusão? Será este fenómeno de acesso desigual à “escolha escolar” semelhante para todos os descendentes de imigrantes ou mais acentuado para alguns grupos nacionais? Que peso terá a segregação residencial de partida na explicação destas desigualdades de distribuição pela rede escolar?

Para tentar responder a estas questões, serão mobilizadas estatísticas oficiais da educação (Direção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência – DGEEC) referentes a todos os alunos e escolas do ensino básico na AML.

Processos de mudança em contexto escolar e práticas de autonomia-ação. O contributo dos programas de promoção do sucesso escolar

Ana Rita Capucha

Orientação: Susana da Cruz Martins (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Em matéria de desempenho e resultados educativos, Portugal tem vindo a entrar numa rota de convergência nas últimas décadas com os padrões europeus, tal é verificável na retração do abandono escolar precoce, no aumento da escolarização da população e na diminuição das taxas de retenção e desistência escolar nos diversos ciclos de ensino, entre outros. A isto se deveu uma resposta política concertada num conjunto de medidas que têm vindo a ser responsáveis pelo desencadear de importantes mudanças nos contextos escolares, sobretudo, ao nível dos modelos de gestão e administração escolar, dos currículos, do trabalho pedagógico, da inovação e capacitação dos atores, da capacidade de diagnóstico e priorização dos casos de maior insucesso. Desta maneira, a política educativa nacional tem incidindo no espaço escolar e local, não sendo alheio o facto de tal alinhamento coincidir com a intensificação política da descentralização e da territorialização educativa.

A presente comunicação visa apresentar alguns resultados preliminares de uma investigação de doutoramento em curso, centrada no estudo de medidas de promoção do sucesso escolar e nos processos de mudança desencadeados em contexto escolar, destacando-se, entre outras dimensões, as práticas e processos de promoção de autonomia-ação. Assim, numa primeira parte, procurar-se-á discutir teoricamente a relação entre políticas educativas, autonomia, descentralização e territorialização, para numa segunda parte, se apresentarem alguns resultados provenientes de 7 estudos de caso (escolas) iniciados. Estes resultados sugerem que políticas territoriais como o programa TEIP* ou o PNPSE**, têm potencial para desencadear processos de mudança que favorecem contextos de produção de autonomia-ação, identificando-se a este respeito perfis diferenciadores.

*Territórios Educativos de intervenção Prioritária; ** Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.

A terça parte visível: enigma empírico

Sónia Bernardo Correia

Orientação: Sandra Palma Saleiro (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O paper é extraído da pesquisa em curso que procura compreender qual é o papel do género na composição do mundo da arte contemporânea portuguesa e nas possibilidades e limites ao sucesso dos percursos profissionais das mulheres e homens artistas. O campo das artes visuais é sensível ao género na medida em que determina as posições ocupadas pelos artistas em termos de visibilidade e reconhecimento. As artistas têm experienciado lugares periféricos o que poderá implicar maiores dificuldades no desenvolvimento das suas carreiras.

O estudo sustenta-se na recolha de dados da participação de artistas em espaços expositivos portugueses, feiras, leilões e prémios de arte entre 2012 e 2019 e tem como objectivo retratar panoramicamente a participação das artistas enquanto condição de visibilidade profissional, cultural e social.

A partir de uma amostra significativa de instituições do campo artístico, foi possível verificar que as obras das autoras se encontram sub-exibidas, nunca ultrapassando um terço do total das exposições. Os homens gozam também de uma maioria confortável como artistas de galeria (cerca de 70%) e nas colecções institucionais (cerca de 80%). Todavia, ao analisar, por género, as coortes etárias mais jovens de artistas, verifica-se que existe paridade de representação, o que aparenta ser um bom sinal de mudança.

A análise dos dados indica a persistência de desigualdades de género no acesso à profissão artística. As artistas não estão ainda a ocupar lugares de reconhecimento e legitimação no mercado semelhantes aos dos seus colegas homens pelo que se conclui que poderão enfrentar entraves maiores em vivenciar percursos profissionais bem-sucedidos.

Relações entre o gênero e a deficiência no imaginário infantil

Gisele Correia da Silva

Orientação: Tiago Correia (IHMT-UNL) e Patrícia Ávila (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Na presente comunicação a autora apresenta um breve estado da arte a respeito das relações entre o gênero e a deficiência no imaginário infantil. Esta apresentação se enquadra no contexto de uma pesquisa de doutoramento que visa explorar as representações sociais das crianças sobre a deficiência, na qual a questão do gênero é uma das dimensões. A inclusão do gênero como dimensão analítica se deu não só em virtude da hipótese de que existam diferenças na forma como meninos e meninas percebem a deficiência, mas também porque considera a possibilidade de que essas representações possam variar também consoante o gênero do portador da deficiência. Estudos indicam que mulheres portadoras de deficiência sofrem maior discriminação quando comparadas a homens portadores de deficiência. Pouco se sabe, porém, se o mesmo é verdade entre as crianças. Com o objetivo de compreender melhor estas questões, será apresentado um breve estado da arte sobre as teorias de gênero e suas perspectivas a respeito da deficiência. Será dada ênfase especial à teoria da Interseccionalidade e à Teoria Feminista da Deficiência, pois serão utilizadas como lentes interpretativas para este estudo. Finalmente, serão apresentados resultados de estudos prévios envolvendo crianças, no contexto internacional e português, que apresentem indicativos de quais sejam as percepções destes sujeitos a respeito da deficiência e suas relações com o gênero. Este exercício tem o intuito de auxiliar a análise dos dados coletados no âmbito da tese de doutoramento inicialmente mencionada, bem como sugerir e nortear pesquisas futuras.

Painel 3

Trajectórias de vida dos jovens migrandes em Luanda: o caso dos roboteiros

Oswaldo Singui

Orientação: Renato Miguel do Carmo (Iscte e CIES-Iscte) e Simão João Samba (FSS)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O presente trabalho intitula trajetórias dos jovens migrantes no mercado de trabalho informal em Luanda. Nos últimos dez anos, desde 2002 a 2012, o trabalho informal tem servido de referência para muitos grupos sociais que imigram para a cidade de Luanda, à procura de alternativas de sobrevivência. É de realçar que os fatos que o país vivenciou antes de 2002 e depois de 2012, contribuíram para a migração de um número considerável de jovens para a cidade capital, em busca de refúgio e de melhores condições de vida. Essa situação levou esses jovens a dedicarem-se ao trabalho informal, como estratégia de sobrevivência. O referido estudo, caracteriza-se como uma pesquisa empírica, fundamentada na abordagem qualitativa. Pode se constatar de que a trajetória destes jovens migrantes, tem um grande impacto no mercado de trabalho informal em Luanda. Por outro lado, nota-se também, que a migração desses jovens para a capital em tempo de paz, deve -se principalmente à falta de oportunidades de emprego nas zonas de origem, Por último, constata-se que a trajetória académica e profissional dos jovens migrantes, tem contribuído significativamente para a exclusão destes no mercado de trabalho formal.

Remigração e mobilidade transnacional no fim da vida profissional: o exemplo de portugueses/as na Suíça

Liliana Azevedo

Orientação: Rui Pena Pires (Iscte e CIES-Iscte) e Karin Wall (ICS)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A Suíça tornou-se um dos principais destinos da emigração portuguesa a partir da década de 1980. As pessoas migrantes com mais idade, e na sua grande maioria com baixos níveis de escolaridade e profissões manuais, encontram-se agora na reforma, ou perto dela. O que acontece em termos de mobilidade transnacional nesta fase da vida, é o tema central desta comunicação. O fim da vida profissional constitui um momento crítico e é por isso um momento propício à (re)migração, tanto das pessoas migrantes como não migrantes, como mostram os dados estatísticos disponíveis. A doutoranda tem desenvolvido uma pesquisa sociológica multi-situada sobre a transição para a reforma de casais portugueses que vivem, ou viveram, na Suíça até à idade da reforma. Através da recolha de narrativas de vida, tem-se procurado compreender que elementos influenciam a decisão de fixação na Suíça, de regresso a Portugal ou de uma eventual circulação entre países. Nesta comunicação serão apresentados alguns resultados provisórios relativos a estas questões. Usando o género como categoria analítica dos processos migratórios, serão ainda abordadas as diferenças no seio do casal quanto à decisão de regresso e às práticas de mobilidade transnacional.

A (in)eficácia da política de “tolerância zero” da UEFA na prevenção e combate do *match-fixing*: o caso do futebol português

César de Cima

Orientação: Marcelo Moriconi (Iscte e CIES-Iscte) e Patrícia Ávila (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O *match-fixing* constitui um dos crimes de corrupção (desportiva) mais graves da atualidade. Este fenómeno consiste na manipulação de resultados desportivos, por intermédio das apostas desportivas. Máfias, tríades asiáticas, ou sindicatos do crime, viram no mercado de apostas desportivas uma oportunidade aprimorada para desenvolverem atividades criminosas como evasão fiscal, corrupção, fraude, ou lavagem de dinheiro.

Diante da gravidade do cenário e da inadequação das políticas públicas e desportivas existentes para combater esta “nova” ameaça, órgãos de governação desportiva, instituições intergovernamentais e governos nacionais coordenaram esforços para reformar os enquadramentos legislativos e disciplinares. No caso da UEFA, órgão máximo do futebol europeu, a solução adotada foi uma política de “tolerância zero” assente em três pilares: prevenção (programas educativos), regulação (reforma do quadro legal e regulamentar) e monitorização (monitorização das apostas desportivas). Esta política alicerça-se no consenso que o *match-fixing* implica a conivência dos jogadores. Por isso, estes atores devem ser capazes de *Reconhecer* o problema do *match-fixing*; *Resistir* à tentação de apostar na própria competição, divulgar informação privilegiada e/ou manipular resultados; e *Reportar* tentativas ou casos de *match-fixing*.

Utilizando o modelo taxonómico de Michelle et.al (1999), o objetivo desta comunicação é discutir a (in)eficácia da política de “tolerância zero” adotada pela UEFA, e promovida pela Federação Portuguesa de Futebol, na prevenção e combate do *match-fixing* em Portugal. Para isso, avalia-se a capacidade desta política em induzir compliance nos jogadores nacionais, ao nível de três dimensões: práticas de apostas desportivas; práticas de denúncia de irregularidades/ilegalidades; e práticas de manipulação de resultados.

Desafios institucionais das políticas judiciárias no Brasil

Luiz Claudio Assis Tavares

Orientação: Pierre Guibentif (Iscte e DINÂMIA´CET-Iscte) e Marcos Augusto Maliska (UniBrasil – Centro Universitário)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Um dos traços mais marcantes da ascensão institucional do Judiciário na sociedade contemporânea brasileira é a formulação de políticas públicas. Além de contestar a sua visão tradicional como instâncias estritamente legais, a formulação de políticas públicas pelo Judiciário implicou modificações substanciais no seu modo de se relacionar com a sociedade e com demais atores judiciais e não-judiciais. Resultante do amplo e dinâmico processo de reformas e de mudanças que incluem a reordenação institucional e a reestruturação das relações, a formulação de políticas públicas pelo Judiciário trouxe importantes desafios teóricos-metodológicos não só às instituições judiciais, mas, também, às instituições de ensino superior – especialmente as faculdades de direito –, expostas à uma realidade completamente diferente do seu cotidiano forense e acadêmico. Todavia, a subvalorização da produção científica e também do profissional especializado nesta área, tanto por parte das faculdades de direito quanto por parte dos próprios tribunais, constitui um desafio não só à produção, mas, também, ao conhecimento dos estudos e pesquisas em políticas judiciárias, e, sobretudo, ao desenvolvimento de uma cultura voltada para a sociologia dos tribunais no país.

Painel 4

Momentos críticos: a atuação das associações religiosas em Portugal e no Brasil nos períodos pós-redemocratização até a pandemia do COVID-19 - entre rupturas e continuidades

Luana do Rocio Taborda

Orientação: Guya Accornero (Iscte e CIES-Iscte) e Lígia Lühman (UFSC- Brasil)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Em tempos de crise, seja econômica ou de outras ordens, quais instituições sociais mantêm ou reforçam seu protagonismo? Compreendemos que, dentre as diferentes instituições, merece destaque, nos casos Português e Brasileiro, a atuação das associações religiosas (ARs). *O que as associações religiosas fazem em tempos de crise?* Comumente, as veem com amplo receio, e são sérios seus efeitos para com a atuação de muitas ARs, mas também as veem enquanto estruturas de oportunidade para sua maior consolidação enquanto socialmente essenciais diante de um Estado incapaz de atender às demandas, e que demonstra suas fragilidades. As crises também são estruturas de oportunidade no sentido de agregar as bases, e de diversificação e fortalecimento de pautas e revisão e inovação de repertórios e arenas públicas de atuação. Considerando este cenário, concentramos esforços neste texto em duas dimensões: I) analisar a atuação das ARs em Brasil e Portugal desde o momento crítico da troca de regime e democratização, através de revisão de literatura, considerando diferentes debates e tensões analíticas. II) Examinar através de dados coletados de fontes primárias e secundárias, quantitativas e qualitativas, relações e dessemelhanças existentes entre práticas e configurações de atuação das associações religiosas em momentos críticos, como a troca de regime, períodos de austeridade como a Troika em Portugal e junho de 2013 no Brasil, ou seja, crises de diferentes ordens na história recente, buscando melhor compreender influências nos repertórios mobilizados pelo atores para atuação no espaço público, além de reconfigurações associativas e de relações com o poder estatal.

Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures

Sérgio Pratas

Orientação: Nuno Nunes (CIES-Iscte) e Rita Cachado (CIES-Iscte)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Remonta a Tocqueville a ideia de que as associações são uma “escola de democracia”. Esta tese tem vindo, todavia, a ser questionada pela sociologia contemporânea. E por várias razões. Questiona-se se todas as associações geram tais efeitos. Se (pelo menos) algumas não terão o efeito oposto – sendo prejudiciais à democracia e à vitalidade democrática. Questiona-se o próprio sentido dado à expressão “escola de democracia”.

Com a presente comunicação pretende-se:

- 1 – Delimitar e aprofundar conceptualmente as noções de “escola de democracia”, “escola de cidadania” e “democracia interna”;
- 2 – Caracterizar as associações de cultura, recreio e desporto, em Portugal; e
- 3 – Identificar os principais efeitos democráticos das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures.

Esta temática assume hoje particular importância. Em primeiro lugar, face à ascensão dos movimentos e partidos populistas. Nos nossos dias, o populismo afeta quase todos os continentes e muitos regimes políticos – embora esteja mais presente nas democracias da Europa e das Américas. Defende que nada deverá constranger a vontade do povo (puro) e repudia as noções de pluralismo e de direito das minorias. E constitui um perigo para a democracia. Será que as associações podem ajudar a travar o populismo? Como? Será que as associações de cultura, recreio e desporto estão a ter esse papel? Será que podem fazer mais e melhor? Estas são questões que acompanharão a reflexão e análise a empreender. Procurar-se-á problematizar o tema – e encontrar respostas para as interrogações colocadas.

A participação em ONGs ambientais: contributos para uma análise sociológica à escala individual do ativista ambiental

Vasco Santos

Orientação: Aida Valadas de Lima (Iscte e CIES-Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A presente comunicação visa dar a conhecer um edifício teórico híbrido, cujo objetivo é o de identificar e perceber, através da análise à escala individual, o que conduz ao ativismo ambiental alicerçado na participação em organizações não governamentais de defesa do ambiente (ONGA).

Tal construção teórica desenvolve-se através de uma síntese entre duas perspetivas sociológicas, uma de tradição disposicionalista, da autoria de Bernard Lahire, e outra, desenvolvida por James Jasper, centrada na abordagem cultural à análise dos movimentos sociais, alicerçada na influência que as emoções têm no protesto.

Para dar resposta à questão de partida, e ao mesmo tempo ultrapassar a diferença entre os objetos de análise de cada um dos quadros teóricos referidos, procurou-se identificar e explorar convergências de âmbito conceptual. Para isso, são centrais conceitos como o de disposição, o de emoção e o de papel social, sem esquecer os valores chamados de verdes.

Para o efeito, através do recurso a metodologias qualitativas, mais precisamente a entrevista semiestruturada, centrada na história de vida, é construído, a partir do respetivo material, um *retrato sociológico* de um ativista ambiental que permita perceber como é que o social se manifesta no indivíduo.

Assim, nesta comunicação, dar-se-á a conhecer em primeiro lugar alguns apontamentos relativamente ao cruzamento teórico referido e, em segundo, à forma como ele se revela adequado, com a apresentação de um retrato sociológico de um ativista ambiental.

Desigualdades sociais e desigualdades em saúde da população idosa do concelho de Almada

Vítor Escalda

Orientação: David Tavares (ESTESL-IPL e CIES-Iscte) e Luís Graça (ENSP-UNL)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O objectivo desta comunicação é apresentar a problemática da minha tese de doutoramento, sobre as desigualdades sociais e as desigualdades em saúde da população idosa do concelho de Almada. Pretende-se enquadrar as questões relativas ao envelhecimento, salientando a dificuldade em operacionalizar o conceito de “idoso”, que tem variado ao longo dos anos e adquirido diversos significados, ao mesmo tempo que a “idade da velhice” tem vindo a desvincular-se da idade da Reforma. Esta população é muito heterogénea, com diferentes condições de existência que o envelhecimento reproduz e acentua as desigualdades em saúde que tendem a aumentar com a idade, como reflexo das desigualdades sociais presentes ao longo do percurso biográfico dos indivíduos, especialmente entre os que possuem baixos rendimentos e grau de instrução, dotados de menos recursos para preservar a saúde e enfrentar a doença. Pretende-se também abordar as perspectivas futuras do trabalho de investigação sobre este tema que será conduzido através de uma estratégia metodológica mista que integra técnicas quantitativas e qualitativas, nomeadamente o inquérito, que será aplicado a indivíduos residentes no concelho de Almada com idade igual ou superior a 65 anos e a entrevista que visa aprofundar a análise sobre o modo como as desigualdades em saúde se traduzem no contexto da realidade empírica local e a forma como as desigualdades sociais condicionam as representações e as práticas relativas à saúde e à doença.